

Jefferson, Cabral e Fogaça não querem retaliação à imprensa

Senadores não aceitam fazer de nova lei um instrumento para amordaçar jornalistas, defendem liberdade de expressão e propõem exame equilibrada da proposta



José Ignácio Ferreira

Senadores debatem em Goiânia opções para transportes

Os senadores que integram a Comissão Especial destinada ao estudo do corredor de transportes do Centro-Leste viajam na manhã de hoje para Goiânia, a fim de debater alternativas para o desenvolvimento do setor na região. A audiência pública da comissão será na Assembléia Legislativa de Goiás, e deverá contar com a participação do governador Maguito Vilela e seu secretário, e representantes de diversos segmentos da indústria e da classe empresarial.

A delegação da comissão, presidida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e que tem como relator o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), será integrada ainda pelos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Regina Assumpção (PTB-MG), Onofre Quinan (PMDB-GO), José Bonifácio (PPB-TO), Totó Cavalcante (PPB-TO) e João Rocha (PFL-TO).

Segundo o senador Mauro Miranda, a comissão também realizará audiências públicas em Cuiabá, Palmas, Belo Horizonte e Vitória.

Maldaner propõe realização do vestibular em data única no País

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou na sexta-feira ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que adote medidas no sentido de que os exames vestibulares nas universidades federais sejam realizados simultaneamente. Segundo Maldaner, o sistema atual prejudica os candidatos de menor poder aquisitivo e privilegia os mais ricos que, conforme afirmou, podem se inscrever em mais de um concurso.

A decisão das universidades federais de realizarem seus vestibulares em datas distintas "está gerando grande movimento migratório de vestibulandos, com efeitos extremamente perversos para muitas comunidades", disse o senador, ressaltando "a importância do concurso e o que ele significa para a sociedade e para as famílias dos candidatos".

Casildo Maldaner destacou que "o que está ocorrendo é que candidatos com suficiente respaldo financeiro fazem inscrições nos vestibulares de diversas universidades e, não raro, sendo aprovados em mais de uma, acabam por nelas se matricularem. As-

sim, mesmo não fazendo nenhum curso, por absoluta impossibilidade física de ocuparem dois espaços ao mesmo tempo, bloqueiam vagas que, por certo, deveriam estar sendo utilizadas por outra pessoa".

- Eis por que apelo ao ministro Paulo Renato para que se retorne à situação anterior, com a unificação da data de início do concurso vestibular - ponderou. Maldaner informou que em seu estado, Santa Catarina, por exemplo, os dados são preocupantes. Das 3.250 vagas oferecidas pela Universidade Federal, cerca de 400 são preenchidas pelos quase 3.300 vestibulandos provenientes de outros estados.

Nesse contexto, observou o senador, "além de favorecer estudantes mais ricos, que podem arcar com os elevados gastos de transporte, hospedagem e taxas, e de possibilitar o bloqueio de vaga eventualmente não utilizada, esse modelo acaba por premiar alguém que, terminado o curso, retorna ao seu estado de origem, sem oferecer qualquer contrapartida à universidade e à comunidade que lhe garantiram a graduação".



Maldaner

Assim como a crítica de Arnaldo Jabor é generalizante e mancha a instituição por inteiro, uma Lei de Imprensa votada sob impulso pecaria pela mesma generalização. O comentário foi feito pelo senador Bernardo Cabral ao se declarar contrário a qualquer tentativa de amordaçar a imprensa.

A defesa da liberdade de imprensa foi também a tônica dos discursos dos senadores José Fogaça e Jefferson Peres. Fogaça disse que a nova Lei de Imprensa deve ser um instrumento de garantia democrática para os dois lados.

Jefferson Peres lembrou que a única maneira de o Congresso subir na estima popular será com o comportamento ético de seus integrantes. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Valmir cobra política capaz de gerar empregos

Página 4

Senado começa a votar no fim do mês código de trânsito

Entre as inovações em debate, estão a carteira provisória de motorista, a obrigatoriedade do *air bag* e a elevação das multas por infrações cometidas no trânsito. **Página 2**

Totó Cavalcante elogia escolha de arcebispo de Palmas

O senador Totó Cavalcante (PPB-TO) elogiou o papa João Paulo II pela nomeação de Dom Alberto Taveira para o posto de arcebispo de Palmas, capital do Tocantins. Ele registrou o significativo trabalho realizado por esse arcebispo - o mais jovem do Brasil - na arquidiocese de Belo Horizonte, sobretudo sua dedicação à solução dos problemas sociais daquela comunidade.

- A arquidiocese de Palmas e o nosso estado do Tocantins foram colocados nas mãos de um justo, de um homem inteiramente dedicado à Igreja e à comunidade - disse Cavalcante.

O parlamentar se disse convencido de que o fervor religioso dos paroquianos e o trabalho missionário a ser conduzido por esse arcebispo ampliarão o envolvimento da juventude e das famílias tocantinenses nos movimentos sociais da Igreja.



Cavalcante

Plenário começa a votar no fim do mês novo código de trânsito

Entre as inovações, está a carteira provisória de motorista, a obrigatoriedade de air bag nos carros e multas maiores

O novo Código de Trânsito Brasileiro, que muda radicalmente a legislação do setor no País e impõe punições mais severas aos infratores, deve começar a ser votado pelo plenário do Senado no final de junho. A comissão especial que vem estudando as mudanças reúne-se nos próximos dias para apreciar o projeto substitutivo apresentado pelo relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). O Código terá de ser votado novamente pelos deputados, caso o plenário concorde com as mudanças sugeridas por Gilberto Miranda.

Entre as inovações do Código, está a carteira de motorista provisória. O aluno que passar nas provas receberá autorização para dirigir pelo prazo de um ano e só terá direito à carteira definitiva se, nesse prazo, ele não receber qualquer multa por infração grave. Estas são algumas mudanças propostas pelo Código:

Ficam instituídos quatro tipos de multas (leve, média, gra-

ve e gravíssima). A novidade é que cada uma vale um número de pontos. Se no período de 12 meses o motorista tiver multas que somem 20 pontos (três multas gravíssimas ou quatro graves), receberá uma multa adicional de 1.000 UFIRs, hoje R\$ 828,70. E mais: se o motorista receber uma segunda multa no prazo de 12 meses pela mesma infração, o valor da segunda multa será multiplicado por dois. Se forem três multas, a terceira terá seu valor multiplicado por três, e assim sucessivamente.

Ficam ampliadas as situações em que o motorista perderá sua carteira. Por exemplo, se o teste de bafômetro indicar que o motorista ingeriu bebida alcoólica acima do permitido, perderá a carteira e ainda pagará multa de R\$ 745,80. Conforme a gravidade da infração, a multa será multiplicada em até cinco

vezes. Dirigir em alta velocidade em frente a escolas, hospitais ou nas proximidades de rodovias dará multa gravíssima, multiplicada por cinco - R\$ 745,80.

Os municípios terão competência para administrar o trânsito em seus territórios (inclusive aplicar multas). Carteira de motorista e licença de veículos continuarão sendo tarefa dos Detrans estaduais. Hoje, quem manda oficialmente no trânsito de uma cidade do interior é o Detran. Essa municipalização é adotada por causa dos bons resultados obtidos em algumas capitais, onde o estado autorizou a prefeitura a administrar o trânsito.

O *air bag* deixará de ser acessório e passará a equipamento obrigatório dos veículos. O Contran definirá o prazo para que a mudança entre em vigor. Encosto para cabeças também será obrigatório.



Gilberto Miranda

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

14h - Comissão Especial do Corredor Centro-Leste

Pauta: Audiência pública em Goiânia. *Assembleia Legislativa de Goiás.*

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA PLENÁRIO

Terça-feira (04.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: PDL nº 191/95, que prova o texto do Acordo de Cooperação Comercial Econômica e Industrial celebrado entre o Brasil e a Turquia, em Brasília, em 10.04.95; e *PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão.

Quarta-feira (05.06.96)

11h - Sessão Especial do Senado

Pauta: Homenagem ao "Dia Mundial do Meio Ambiente".
Oradores: senadora Marina Silva e senador Osmar Dias.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 106/94, que institui a residência médico-veterinária e determina outras providências. Observação: o tempo destinado à hora do expediente será dedicado a homenagear o 13º aniversário da Rede Manchete. Oradores: senadores Roberto Requião, Artur da Távola, Benedita da Silva, Ronaldo Cunha Lima, Marluce Pinto, Bernardo Cabral, Sebastião Rocha e Eduardo Suplicy.

COMISSÕES

Terça-feira (04.06.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 123/95 (não terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 8.436/92, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; e *PLS nº 99/95 - Complementar (não terminativo), que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Quarta-feira (05.06.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes, e dá outras providências; e *PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal, e dá outras providências. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*



Júlio Campos

Campos quer criar proteção ao Pantanal

O senador Júlio Campos (PFL-MT) destacou a importância do Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense, previsto em projeto de lei que apresentou neste ano, no Senado.

O senador disse estar preocupado com algumas evidências de deterioração ambiental registradas no Pantanal, explicando que o crescimento da fronteira agrícola na região Centro-Oeste aconteceu de forma desordenada, atingindo ecossistemas naquela área.

Segundo o senador, o Plano de Gerenciamento se aplica a toda a área da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai situada em território brasileiro e deverá ser formulado, coordenado e aplicado por uma comissão composta por representantes do Executivo Federal, governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e dos municípios cujos territórios estejam na área da Depressão Pantaneira.

Também participarão da comissão, segundo o senador, representantes da comunidade científica, de entidades não-governamentais e de empresas privadas.

Entre os objetivos do Plano, destacam-se: harmonizar o uso de recursos naturais e as atividades humanas, assegurando o equilíbrio ambiental do Pantanal; e impedir a exploração predatória dos recursos naturais.

Cabral sugere a formadores de opinião que conheçam Congresso

Senador condena generalização das críticas ao Legislativo, mas pondera que não se deve votar nova Lei de Imprensa sob emoção

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse sexta-feira que os formadores de opinião pública deveriam ser convidados a acompanhar as atividades parlamentares nas comissões e no plenário para conhecer o trabalho desenvolvido pelo Legislativo.

A sugestão do senador foi feita a propósito das reações de vários parlamentares que se manifestaram contra os co-



Bernardo Cabral

mentários do cineasta Arnaldo Jabor. Na opinião de Cabral, muitos fizeram críticas serenas; outros, no entanto, reclamaram uma Lei de Imprensa forte e dura.

- Não sei se este é o caminho, pois, se decidir assim, o Legislativo repetirá o gesto dos governos autoritários, que amordaçaram a imprensa, disse ele. - Assim como a crítica azeda de Jabor é generalizante e mancha a instituição por intei-

ro, uma Lei de Imprensa votada sob impulso pecaria pela mesma generalização.

Em aparte, o líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), concordou que não se pode votar uma Lei de Imprensa sob emoção. Elcio Alvares defendeu uma divulgação mais ampla dos trabalhos parlamentares e manifestou-se favorável ao projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que cria um programa oficial do Congresso, a ser transmitido obrigatoriamente nas emissoras de rádio e televisão.

Fogaça defende liberdade de imprensa

A proposta de criação imediata de uma lei de imprensa mais rigorosa que a vigente no País foi condenada na sexta-feira pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), para quem nenhum congressista pode esperar unanimidade da opinião pública. Referindo-se às críticas que o cineasta Arnaldo Jabor lançou contra o Parlamento, Fogaça mencionou frase pronunciada na Casa pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, segundo o qual a imprensa ajuda o político a errar

menos. Alinhando-se com esse pensamento, o parlamentar disse que "o direito de crítica e de opinião é um direito consagrado na Constituição Federal e tem que ser respeitado".

Afirmando que as críticas de Jabor pedem uma reflexão profunda sobre o papel de uma lei de imprensa, Fogaça defendeu a pena pecuniária para esses



José Fogaça

crimes, visto que o jornalista condenado não coloca em risco a sociedade e não deve ser privado da liberdade. Ele condenou o entendimento de que a lei deve ser um instrumento de vingança contra os

que ofendem as instituições, observando que essa norma legal "deve ser um instrumento de garantias democráticas para os dois lados".

Jefferson não tem pressa na nova lei

A única maneira de o Congresso subir na estima popular será com o comportamento ético de seus integrantes, segundo afirmou o senador Jefferson Peres (PSDB-AM). Ele considera que seria um açoitamento a votação de uma nova Lei de Imprensa nos termos propostos pela Câmara dos Deputados. A seu ver, isso representaria, na prática, um



Jefferson Peres

amordaçamento da imprensa.

Jefferson Peres avalia que o Legislativo tem suas mazelas e citou o corporativismo e o pouco rigor com que trata desvios éticos de alguns de seus membros

como exemplos do que precisa ser revisto. Lembrou o caso de um deputado, integrante da CPI dos Bingos, que está sendo acusado, com base em provas, de

praticar extorsão contra proprietários de casas de jogo e não existe nenhum processo para cassar o seu mandato.

Outro ponto destacado pelo senador como exigindo correções é a indicação de parlamentares para viagens oficiais ao exterior. Na sua opinião, não há regras claras e objetivas, daí ele ter apresentado um projeto disciplinando essas viagens.

Jefferson salientou que, por essas e outras razões, não se pode esperar que a imprensa poupe os parlamentares de críticas.



Joel de Hollanda

Hollanda rebate visão negativa de indulto a condenado

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu na sexta-feira o indulto especial e condicional concedido pelo presidente da República, regulamentado pelo Decreto nº 1.860, de 11 de abril passado. Argumentou ser impossível interpretar o documento legal como estímulo à criminalidade. Para o senador, há de se ter o mínimo cuidado quando, a pretexto de oposição à autoridade máxima de um país, o inconformismo e falso saber determinem "a condenação desarrazoada de gesto que em si expressa o autorizado exercício do poder".

Dizendo consignar integral apoio à decisão governamental, Hollanda frisou não tratar-se apenas de um gesto magnânimo do chefe da Nação, mas de providência correta e oportuna.

- Na realidade, a libertação determinada pelo presidente da República é parte substancial do processo de reintegração do indultado ao corpo social, e somente isso, pois não há quem pretenda delinquir e, assim, experimentar uma vivência supostamente feliz, por qualquer tempo, no inferno muitas vezes trágico das prisões - argumentou.

Valmir Campelo defende política de empregos já

Segundo senador, a oportunidade de trabalho é a única possibilidade de reduzir o quadro de desequilíbrio e possibilitar a ascensão social

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu na sexta-feira ao governo uma efetiva política de geração de empregos. Ele destacou que a questão do desemprego é um problema que aflige a todos os países do mundo e assume proporções gravíssimas no Brasil nesses últimos anos. Segundo o senador, nos dias de hoje, gerar emprego e voltar a crescer são prioridades que desafiam governos e nações do mundo inteiro.



Valmir Campelo

- O Brasil vivencia essa mesma realidade, uma realidade de tensão, em virtude das altas

percentagens de desemprego e do crescente aumento da pobreza nas cidades e no campo - comentou o senador.

Para Valmir Campelo, o emprego produtivo passou a ser objeto essencial para reverter o quadro de desequilíbrio criado entre crescimento econômico e pobreza. Ele acrescentou que o emprego é o único caminho de ascensão social para os assalariados e o fator interno adequado à distribuição da riqueza produzida.

Mauro acha promissora crítica de FHC na França a juros altos

Ao comentar declaração do presidente da República de que os "juros são escorchantes", feita na França a empresários, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) considerou que a frase soa como "uma promessa de reencontro com a lucidez". Afinal, afirmou o senador, Fernando Henrique Cardoso é o chefe da equipe econômica e sua declaração ocorreu no momento em que o deputado Antônio Kandir tinha seu nome anunciado para o Ministério do Planejamento. Para Mauro, foi "uma feliz e bem-vinda autocrítica do Pre-



Mauro Miranda

sidente".

- Quando o Presidente fala, é legítimo esperar que haja uma relação de causa e efeito - disse.

O senador assinou que a expectativa da sociedade é de que o governo inaugure tempos menos traumáticos do que os impostos pelo monetarismo, em que a inflação é controlada com restrição de crédito e contenção do consumo. Ele disse que, com crédito fácil e juros baixos, os custos finais de produção serão menores e a oferta de produtos coerente com a realidade "de um país sedento de justiça social".

Amin propõe prioridade à saúde pública

A saúde é um pressuposto da cidadania e o Estado tem o dever de atender as necessidades da população de maneira correta e decente, disse na sexta-feira o senador Esperidião Amin (PPB-SC), destacando que "o que vemos hoje na saúde pública brasileira é o caos". Segundo Amin, "é preciso priorizar a área de saúde", em consideração aos "milhões de brasileiros que se encontram totalmente desamparados em decorrência das greves desencadeadas pelos profissionais do setor". Ele fez uma apelo a que o governador de Santa Catarina encontre, juntamente com os servidores, uma solução para a greve que já dura mais de 40 dias.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Main ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adílio Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal